



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E TECNOLOGIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
TCC –Trabalho de Conclusão de Curso

Tutor Virtual: Camila Costa Araújo de Moraes

Polo: Recife, Turma 6

**A ATUAÇÃO DOS NÚCLEOS DOCENTES ESTRUTURANTES – NDE E AS
POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO: UM ESTUDO DA
VALIDAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS DAS UNIDADES CURRICULARES DE
CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE
PERNAMBUCO – UFRPE**

Autor: Maria Wellita Bezerra dos Santos

Orientador: Prof. José de Lima Albuquerque

Recife 2020

A atuação dos Núcleos Docentes Estruturantes – NDE e as políticas de avaliação de Cursos de Graduação: um estudo da validação das bibliografias das Unidades Curriculares de Cursos de Graduação da Universidade Federal Rural De Pernambuco - UFRPE.

Autor: Maria Wellita Bezerra dos Santos
wellbastos2@yahoo.com.br

UFRPE/UAEADTec/Especialização em Gestão Pública
Orientador: José de Lima Albuquerque
Limalb53@gmail.com
UFRPE/UAEADTec/Especialização em Gestão Pública

RESUMO

O objetivo deste artigo é investigar a atuação dos Núcleo Docentes Estruturantes (NDEs), na apropriação das políticas de avaliação institucional relativas à validação de materiais bibliográficos para a construção dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), e como esses têm atuado no sentido de atender às políticas de avaliação institucional internas e externas relativas à validação de materiais bibliográficos para a construção dos PPCs. A investigação foi realizada por meio de entrevistas com Coordenadores de cursos de graduação, que também acumulam a função de Presidente do NDE de seus cursos. Os resultados apontam que há a necessidade de construção de diálogo entre os atores envolvidos quanto aos instrumentos e critérios utilizados para validação das bibliografias básicas e complementares, bem como a elaboração e execução de um modelo de relatório de adequação a ser utilizados pelos NDEs da UFRPE.

Palavras-chave: Avaliação de Cursos de Graduação; Núcleo Docente Estruturante; Bibliografia básica e complementar; Formação e Desenvolvimento de Acervo.

ABSTRACT

The purpose of this article is to investigate the role of the Structuring Teachers Group (NDEs), in the appropriation of institutional assessment policies related to the validation of bibliographic materials for the construction of Course Pedagogical Projects (PPCs), and how they have acted in order to meet internal and external institutional evaluation policies related to the validation of bibliographic materials for the construction of PPCs. The investigation

was carried out through interviews with coordinators of undergraduate courses, who also accumulate the role of President of the NDE of their courses. The results indicate that there is a need to build a dialogue between the actors involved regarding the instruments and criteria used to validate the basic and complementary bibliographies, as well as the elaboration and execution of an adequacy report model to be used by the NDEs at UFRPE

Keywords: Evaluation of Undergraduate Courses; Structuring Teaching Nucleus; Basic and complementary bibliography; Collection Formation and Development.

1 INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação (MEC), institui através da Lei 10.861, de 14 de abril de 2014, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com o objetivo de realizar e avaliar as instituições de educação superior (IES), no âmbito dos cursos de graduação, assim como o desempenho acadêmico dos alunos.

O SINAES é formado por três processos avaliativos: a Avaliação das Instituições de Ensino Superior (AVALIES), a Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE). Cabe ao Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) coordenar todo o sistema de avaliação, estabelecendo procedimentos e instrumentos, bem como "produzindo indicadores e um sistema de informações que subsidia tanto o processo de regulamentação, exercido pelo Ministério da Educação (MEC), como garante transparência dos dados sobre qualidade da educação superior a toda sociedade" (INEP, 2019).

A avaliação dos Cursos de Graduação (ACG), objeto do nosso estudo, é realizada através de visitas *in loco* por comissões especializadas nas respectivas áreas de conhecimento, considerando três dimensões: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura. Essas dimensões são avaliadas e pontuadas de acordo os indicadores estabelecidos nos *Instrumentos de Avaliação de Curso de Graduação presencial e a distância: reconhecimento e renovação de conhecimento*.

No ano de 2017, o INEP aprimorou os Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG) e apresentou mudanças significativas na concepção de avaliação, com novos critérios. Dentre as mudanças, no que concerne à avaliação da infraestrutura, o

instrumento estabelece uma análise mais qualitativa e menos quantitativa para os acervos das bibliotecas, o que demanda uma reorientação do planejamento de aquisição bibliográfica.

Neste contexto, foi atribuída ao NDE, por meio de relatório de adequação, a responsabilidade de referendar a adequação para as bibliografias básicas e complementares contidas nos PPCs necessárias para o desenvolvimento das atividades de ensino, assim como avaliar a “compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC [Unidade Curricular], entre o número de vagas autorizadas [...] e a quantidade de exemplares por título disponível no acervo” (BRASIL, 2017). Salientamos, porém, que o INEP não dispõe de uma orientação para a elaboração do relatório de adequação, nem de critérios de julgamento para as análises quantitativa e qualitativa dessas bibliografias. Faz-se necessário, esclarecer, para melhor compreensão desta pesquisa, que apesar da exigência de um relatório de adequação aparecer de forma explícita nos IACG, publicado no ano de 2017, destacamos que um relatório com a compatibilização dessas informações sempre foi demandado pelos avaliadores durante os processos avaliativos anteriores a 2017.

No processo de avaliação dos cursos de graduação, os IACG para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso de graduação categorizam a Biblioteca na dimensão *Infraestrutura*. Nessa dimensão, os IACG avaliam: adequação, atualização, garantia de acesso aos acervos, ferramentas de acessibilidade e a quantidade de exemplares considerados compatíveis para as bibliografias básicas e complementares por Unidade Curricular, referendados pelo NDE. Entretanto, o INEP não dispõe de uma orientação para a elaboração do relatório de adequação, nem de critérios de julgamento para as análises quantitativa e qualitativa dessas bibliografias.

O Sistema de Integrado de Bibliotecas da UFRPE (SIB-UFRPE), através de sua Política de Formação e Desenvolvimento de Acervos (PFDA), busca atender às demandas informacionais da comunidade acadêmica como suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão e os PPCs têm sido os principais instrumentos norteadores para a aquisição das bibliografias básicas e complementares que compõem as UCs dos cursos.

No ano de 2015, durante a Semana Administrativa, o SIB-UFRPE, juntamente com a Reitoria, Pró-Reitoria de Ensino de graduação e Pró-Reitoria de Administração construíram um planejamento orçamentário para aquisição de materiais bibliográficos do SIB-UFRPE. Este planejamento estabeleceu os critérios para a aquisição dos materiais bibliográficos

priorizando a aquisição por compra, das bibliografias básicas e complementares dos cursos que passariam por processo avaliativo, de acordo com o calendário de avaliações do MEC.

Considerando os fatores expostos, esta pesquisa analisará três cursos de graduação no *campus* Sede, que passaram por processo avaliativo anterior à publicação dos IACG vigentes, publicados em 2017, e que obtiveram bons conceitos na avaliação *in loco*.

Identificou-se que os cursos analisadas através da figura do seus coordenadores, assim denominados de: Coordenador A - cujo curso foi avaliado ano de 2013, com nota final 4, numa escala de 1 a 5; Coordenador B - curso avaliado no ano de 2018, com nota final 5; Coordenador C - curso avaliado em 2018, com nota final 4.

Assim, definiu-se como objetivo principal compreender como os NDEs têm atuado no sentido de atender às políticas de avaliação institucionais internas e externas relativas à validação de materiais bibliográficos para a construção dos PPCs, avaliando o grau de apropriação das políticas de avaliação por parte dos coordenadores.

Mais especificamente, buscou-se: i) Verificar a visão dos NDEs e do SIB-UFRPE quanto às políticas de avaliação, internas e externas, dos cursos de graduação; ii) Verificar o alinhamento do NDE com PFDA do SIB-UFRPE relativas à aquisição de materiais bibliográficos, em atendimento às unidades curriculares dos cursos.

Diante deste cenário, percebe-se a necessidade de uma construção colaborativa no processo de planejamento, avaliação e execução das etapas e dos atores envolvidos no processo de avaliação de cursos de graduação bem como na aquisição de material bibliográfico para as Bibliotecas do SIB-UFRPE. Tendo em vista que o planejamento e a execução inadequados, em quaisquer das fases deste processo, poderão resultar em: avaliação insatisfatória dos cursos de graduação; comprometimento do ensino-aprendizagem, da prática de ensino e uso ineficiente dos recursos orçamentários.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nas últimas três décadas, o Brasil tem passado por um grande processo de expansão e democratização da Educação Superior, com a criação de novos cursos e instituições de ensino, expansão da modalidade de ensino a distância e a implementação de políticas de inclusão social e ações afirmativas.

Essas políticas públicas são norteadas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado através da Lei 13.005/2014, que traça as diretrizes para a educação superior até o ano 2024 e "estabelece a elevação da taxa de matrícula na educação superior assegurando a

qualidade da oferta e da expansão"; pelo princípio constitucional da garantia de padrão de qualidade, previsto no art. 206, inciso VII da Constituição Federal de 1988 e pelas diretrizes curriculares nacionais, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Influenciadas pelo processo de globalização, as políticas públicas de avaliação para a educação superior no Brasil vêm se consolidando de forma significativa, como um instrumento de gestão e de planejamento das ações acadêmicas e administrativas e no desenvolvimento institucional.

Atualmente, a avaliação é um dos temas que lograram mais destaque no âmbito das políticas públicas de educação, uma vez que a sociedade em seu conjunto está cada vez mais ciente de sua relevância e de suas repercussões no tocante à necessidade de alcançar melhores perspectivas de qualidade educacional, num cenário de recursos públicos cada vez mais escassos. (SILVA, 2015)

No âmbito do SINAES e das políticas públicas para a avaliação da educação superior, para autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento e credenciamento, de cursos de graduação, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e os PPCS são documentos basilares que devem estar articulados entre si, pois representam o planejamento e gestão, a organização e orientação pedagógica da Instituição e dos cursos respectivamente.

Para Hass (2010), o PDI, é um documento de identidade da Instituição:

é considerado o mais significativo instrumento para a gestão acadêmica. Ele desvela a filosofia de trabalho, a missão institucional, as diretrizes pedagógicas que subsidiam as ações; estabelece a estrutura organizacional, além de explicitar as atividades acadêmicas e científicas que já são desenvolvidas e propor as que se planejam para o futuro.

Quanto ao PPI, o Ministério da Educação através da Portaria 300/2006, os define como um instrumento "político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas acadêmicas das IES, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos". (BRASIL, 2006).

Em consonância com o PDI e com o PPI, os PPCs, "materializam as diretrizes, filosofias e pressupostos das políticas pedagógicas propostas pela instituição, sendo

responsáveis diretos pela qualidade da formação oferecida pelas instituições de educação superior" (HASS, 2010)

Na UFRPE, a Resolução 220/2016, regulamenta as diretrizes para elaboração e reformulação dos PPCs dos cursos de graduação. "O PPC compreende o conjunto de dimensões sociopolíticas e técnico-pedagógicas relativas à formação profissional, destinado a orientar a integralização curricular do curso" (UNIVERSIDADE, 2016) e seus objetivos devem estar em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso; as UCs devem adotar o mínimo de três títulos para a bibliografia básica e cinco títulos para a bibliografia complementar, bem como estarem atentas ao plano de atualização do acervo da biblioteca. Conforme art. 3, é de responsabilidade do NDE a elaboração ou atualização do PPC.

Quanto às atribuições e competências do NDE, em 2010, o INEP publicou a Resolução nº 01, normatizando o NDE e destacando as suas contribuições acadêmicas no "acompanhamento, de forma atuante no processo de concepção, consolidação e a contínua atualização do projeto pedagógico do curso" (INEP, 2010). Seguindo as mesmas premissas, a UFRPE através da Resolução 65/2011, aprovou a criação e a regulamentação da implantação dos NDEs em seus cursos de graduação.

Em 2017, com a publicação dos novos Instrumentos para Avaliação dos Cursos de Graduação, o NDE passou a protagonizar seu papel estratégico no processo da avaliação institucional de cursos. Cabe ao NDE a concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso, a validação qualitativa e quantitativa das bibliografias básicas e complementares desses projetos, uma vez que foram eliminados os critérios numéricos em substituição ao relatório de adequação referendado e assinado pelo NDE.

No âmbito das Bibliotecas universitárias, o planejamento, a seleção e aquisição dos materiais bibliográficos seguem uma política de formação, desenvolvimento e atualização do acervo. Esta política além de ser uma ferramenta de planejamento e gestão, é uma exigência legal das políticas de avaliação para os cursos de graduação presenciais e a distância.

Para Vergueiro (1989), a política de formação e desenvolvimento e atualização do acervo "é um trabalho de planejamento, interrupto e cíclico que serve a uma determinada comunidade, uma atividade rotineira das bibliotecas que passa por várias etapas, é um processo homogêneo que se desenvolve em todas as bibliotecas de acordo com os objetivos de cada uma".

Para além da mensuração, a avaliação institucional e suas políticas de avaliação de cursos de graduação, possuem um caráter qualitativo, tendo como objetivo a melhoria na

qualidade da educação superior. Tendo como foco o aperfeiçoamento da gestão e do planejamento em seus processos acadêmicos e administrativos, as políticas de avaliação devem servir não apenas para identificar os problemas, mas também buscar alternativas de solução. É um processo contextualizado no ciclo administrativo, “cujas funções têm, no planejamento, o início de quais resultados se deseja atingir. Assim, a avaliação institucional representa a aplicação dessa teoria no ambiente organizacional da universidade e também na biblioteca” (ALMEIDA, 2000)

3. METODOLOGIA

De acordo com Gil (2002, p. 17), a pesquisa é o “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Trata-se então de tentar encontrar respostas para uma determinada situação ou problema.

Visando à realização dos objetivos propostos, o método a ser utilizado nesta pesquisa será o qualitativo, pois procurou-se investigar a atuação dos NDEs nos processos de avaliação institucional para os cursos de graduação.

No que tange às técnicas de pesquisa, pretende-se desenvolver o presente estudo a partir dos seguintes tipos de pesquisa:

- a) Pesquisa bibliográfica: revisão de literatura dos temas que envolvem as áreas de pesquisa em: Legislações, dissertações, teses, livros, relatórios, artigos científicos, dentre outros, visando enriquecer o referencial teórico que começou a ser construído na identificação do problema de pesquisa;
- b) Pesquisa documental: Análise dos documentos administrativos externos e internos sobre os processos de avaliação institucional (regimentos, resoluções, portarias, PPCs, relatórios de adequação do NDE, plano de atualização de acervo) relacionados ao Ensino de Graduação e ao SIB-UFRPE.
- c) Pesquisa de campo: Aplicação dos questionários junto aos coordenadores de curso, que também desempenham a função de Presidentes dos NDEs.

4 RESULTADOS

As questões apresentadas a seguir referem-se às percepções, coletadas através de questionários, que os Coordenadores de 03 (três) cursos de graduação do campus sede possuem sobre as políticas de avaliação de cursos de graduação, visando compreender a visão dos coordenadores sobre a atuação dos NDEs na validação das bibliografias da UC no processo de avaliação destes cursos, bem como o alinhamento dos NDEs com PFDA do SIB-UFPE.

4.1 A importância do PCC e o processo de aquisição

Entendendo a importância do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como um instrumento de gestão para as Coordenações de cursos (NDEs) e para a formação e desenvolvimento de acervos bibliográficos do SIB-UFPE, inicialmente questionamos quais aos critérios utilizados pelo NDE para validação das bibliografias básicas e complementares indicadas em seus PPCs.

Sobre esses critérios, observou-se que as opiniões foram praticamente homogêneas destacando-se: a atualização dos planos de ensino e das bibliografias; a definição de número de títulos para composição das bibliografias básicas (3 títulos) e complementares (5 títulos) por UC e a disponibilidade de exemplares, em número suficiente, no acervo da biblioteca.

Destaca-se abaixo a metodologia e os critérios utilizados pelo Coordenador 3, que, através da aplicação de um questionário aos docentes do curso, buscou-se identificar questões relevantes a serem tratadas na revisão do PPC. Em relação ao acervo da biblioteca, a Coordenação, buscou identificar duas situações: 1. se a bibliografia recomendada no programa é adequada, atualizada e acessível; 2. se a biblioteca fornece condições de estudo e pesquisa aos alunos, com um acervo razoável das obras recomendadas. E descreve:

O NDE utilizou como critérios a solicitação da revisão e/ou atualização das referências conforme o conteúdo do componente curricular, demandas a partir das informações levantadas, conforme supracitadas, **além das recomendações informadas pela biblioteca**, sendo a mesma encarregada em avaliar se haveria quantidade suficiente ou se era necessário adquirir mais exemplares: 1) Obrigatório elaborar a lista para cada disciplina; 2)

Obrigatório incluir três livros (físicos) na bibliografia BÁSICA e somente cinco livros na bibliografia COMPLEMENTAR (físicos ou disponíveis no catálogo virtual da Biblioteca Central - <http://site.ebrary.com/lib/ufrpe/home.action>); 3) Não incluir livros importados (não poderão ser adquiridos neste momento); 4) Livros editados pelo próprio autor devem vir acompanhados do contato para aquisição (editora de revenda, e-mail do autor, etc); 5) Não incluir livros esgotados, caso seja de seu conhecimento.(COORDENADOR C, grifo nosso)

Observa-se que, independentemente da metodologia utilizada, todos os Coordenadores descrevem a necessidade das bibliografias elencadas no PPC serem compatibilizadas com o acervo bibliográfico do SIB-UFRPE. Esta contabilização serve de instrumento para definição das demandas a serem encaminhadas, em tempo hábil ao SIB-UFRPE para aquisição. Desta forma, reforça-se a necessidade de estabelecimento de fluxo administrativo para a aquisição desenhado conjuntamente por PREG, Coordenações de cursos, NDEs e o SIB-UFRPE, tendo como norte a Política de Formação e Desenvolvimento do acervos do SIB-UFRPE e os IACG.

4.2 Critérios do MEC para visitas in loco

Perguntados sobre como o NDE avalia os critérios utilizados pelo MEC para avaliação dos cursos de graduação, para as visitas in loco, no quesito *bibliografia básica e complementar*. Percebe-se que duas das três Coordenações entrevistadas reconhecem esse critério como satisfatório ou bom.

A respeito desta questão, merece destaque à percepção do Coordenador A que considera os critérios como “engessados”, tendo em vista que:

os avaliadores não consideraram a apresentação das notas fiscais de compra de livros para a nossa área, apresentadas no momento da visita in loco. Sabemos que, nas instituições públicas, as compras acontecem via edital, dependem de licitação e são demoradas devido a essas questões, bem como às limitações orçamentárias. Esses aspectos não são considerados nas avaliações.

4.3 Política do MEC de avaliação dos cursos

Entendendo que o processo de avaliação possibilita a compreensão, análise e busca de soluções para melhoria do processo, questionamos: *De que maneira a política de avaliação dos cursos de graduação influencia, favorecendo ou não, a qualidade desses cursos?*

Os Coordenadores, validaram a importância do processo de avaliação dos cursos de graduação como uma forma de: atualização do curso e dos professores, melhoria da infraestrutura, bem como uma oportunidade de evidenciar os pontos fortes, identificar os pontos fracos e procurar formas para solucioná-los. “As políticas de avaliação possibilitam um melhor conhecimento da situação atual a fim de trazer informações que gerem planos de ação visando à melhoria contínua” (COORDENADOR A) e “nos permite analisar os pontos fortes do curso, assim como os gargalos, uma vez detectado esses pontos, pode-se planejar melhor para garantir a melhoria do curso corrigir erros e valorizar os acertos”(COORDENADOR B) “

Entretanto, merece destaque à percepção do Coordenador C, que considera que as avaliações de curso de graduação:

também pode[m] promover uma competição institucional pelos estudantes, ou seja, tendem a buscar instituições mais bem avaliadas, e o setor privado visto os recursos podem aparentemente apresentar melhores condições. Quando se quer buscar o acesso da população ao sistema público de ensino superior, proporcionando uma igualdade social, alguns pontos do instrumento de avaliações e/ou métodos utilizados não são satisfatórios”.

4.4 Elaboração do relatório de adequação

O relatório de adequação é um documento que descreve a adequação entre o número de títulos e a quantidade de exemplares disponíveis para cada disciplina, considerando a quantidade de vagas anuais ofertadas pelo curso.

A apesar da exigência de um relatório de adequação aparecer de forma explícita nos IACG, publicado no ano de 2017, ressaltamos que um relatório com a compatibilização dessas informações sempre foi demandado pelos avaliadores durante os processos avaliativos.

Por isto, questionamos sobre as dificuldades, encontradas pelos NDEs, para elaboração de um relatório de adequação e validação das bibliografias básicas e complementares.

O Coordenador A justifica que não participou da elaboração, à época da visita de avaliação, portanto não destacou as dificuldades encontradas. Coordenador B destaca a falta de padronização na formatação das bibliografias básicas, e a falta de exemplares, em número suficiente, na biblioteca da UFRPE. Para o Coordenador C, a principal dificuldade encontrada foi o retorno dos docentes “quando solicitado sobre a atualização e aquisições do material bibliográfico”. Entretanto, destaca a colaboração e orientação da “PREG/Coordenação de Ações Pedagógicas e Regulação - CAPR e da Biblioteca”, destacando que estes setores estavam sempre disponíveis para auxiliarem o curso.

Diante das respostas e dificuldades apresentadas, percebemos que não foi citada a existência de um modelo de “relatório de adequação” existente nos cursos.

4.5 Critérios para aquisição bibliográfica do SIB-UFRPE

Questionados sobre como o NDE avalia os critérios para aquisição de materiais bibliográficos utilizados pelo SIB-UFRPE, o Coordenador A, os considerou insatisfatórios, enquanto os Coordenadores B e C os consideraram satisfatórios.

Com estas respostas, entendemos que os cursos que foram avaliados a partir de 2016, e, portanto, contemplados pelos novos critérios e metodologias de aquisição utilizados pelo SIB-UFRPE, os julgaram como satisfatórios.

4.6 Comunicação entre os atores pedagógicos

Entendendo a importância do diálogo entre os atores pedagógicos envolvidos, questionados sobre: em que momento do processo de construção ocorre o “diálogo” com as bibliotecas do SIB-UFRPE. Tais opiniões podem ser observadas e resumidas nos depoimentos abaixo.

Não me recordo de ter havido um diálogo com a biblioteca, mas uma orientação para que consultássemos o acervo a fim de verificarmos os livros já existentes. Após a atualização do PPC, ainda não houve o diálogo com a Biblioteca, pois achávamos que a demanda de aquisição de novos livros seria encaminhada pela PREG. Dessa forma, como o NDE pode operacionalizar essa demanda, ou seja, como apresentar as necessidades de livros para atualização do nosso acervo: existem prazos, formulários específicos, quais os caminhos? Também sentimos falta desse diálogo com a biblioteca, visto há rotatividade de coordenadores e membros do NDE, limitando o conhecimento de todos os processos internos (COORDENADOR A)

Enquanto que para o Coordenador B, este diálogo aconteceu “desde o início” do processo. O Coordenador C descreveu que “ a coordenação do curso juntamente com a direção do departamento [...] estavam em diálogo com a biblioteca desde 2016, com as orientações iniciais para a inclusão do curso na lista de prioridades de aquisição de livros pela Biblioteca Central”.

As respostas apresentadas apontam que a existência de um diálogo institucional entre o SIB-UFRPE, as Coordenações de curso e os NDEs aconteceram para os cursos avaliados a partir de 2015. Entretanto, somos cientes de que o processo de formação e desenvolvimento do acervo precisa valorizar o constante diálogo entre os atores pedagógicos envolvidos, incluindo prioritariamente a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFRPE.

É latente a necessidade de criação de fluxo de comunicação e execução das atividades e rotinas que incluam os atores envolvidos e o processo de avaliação na UFRPE evitando, assim, que o contato entre eles ocorra apenas por demandas unilaterais e ou tão somente no período da avaliação dos cursos agendadas pelo MEC.

4.7 O acervo do SIB-UFRPE e as demandas dos cursos

Questionados sobre de que maneira o acervo do SIB-UFRPE contribui, ou não, para suprir as demandas do curso, percebemos que os Coordenadores B e C destacaram como a Biblioteca contribuiu em seu processo de avaliação de curso. O Coordenador A descreveu como a biblioteca poderia contribuir para as demandas do curso, destacando a necessidade de

divulgação de serviços ofertados pela Biblioteca junto ao corpo docente, reforçando a necessidade de um diálogo mais eficaz com a comunidade.

“divulgar mais os serviços disponibilizados pela Biblioteca. Isso poderia ser feito por meio de Reuniões para os professores de cada curso. A Coordenação e/ou o Departamento poderiam contribuir divulgando mais esses serviços e convidando todos para uma reunião com bibliotecários na própria biblioteca..... Por outro lado, a Biblioteca também dispõe de ebooks, mas suponho que muitos alunos desconhecem o Ebook Central. Penso que a nossa biblioteca poderia contribuir muito mais pois tem produtos e serviços excelentes, porém pouco conhecidos.

O Coordenador B elencou que a biblioteca contribui de forma rápida nos ajudando com a formatação e checagem das listas bibliográficas.

Com a estrutura da biblioteca consegui supri as demandas, colaborando para o crescimento do cursos e instituição, oferecendo e promovendo a interface entre os usuários e a informação, oportunidades de vivências destinadas à produção e também ao uso da informação voltada ao conhecimento, compreensão e entretenimento. (COORDENADOR C)

No quesito *pontos fortes do acervo do SIB-UFRPE*, foram destacados: Acesso ao Portal de Periódico da CAPES; disponibilização de recursos para acessibilidade ao acervo por parte de estudantes portadores de necessidades específicas. (COORDENAÇÃO A). A Coordenação B destacou como ponto forte, a disponibilidade da Biblioteca, e relata “sempre esteve disponível para solucionar dúvidas e quando pode, nos ajudou com solicitações de aquisições de novas bibliografias”. Para a Coordenação C, os pontos fortes da biblioteca consistem no quantitativo e na diversidade do acervo da Biblioteca Central, “que contempla diversas áreas do conhecimento”, o COMUT, o Portal de Periódicos da CAPES, os e-books, totens de atendimento e o laboratório de acessibilidade.

Quanto aos pontos fracos do acervo do SIB-UFRPE, foram destacados: números insuficientes de títulos e exemplares; demora e limitações para novas aquisições; poucos recursos financeiros para aquisição de bibliografia, e falta de equipamentos computacionais para que alunos pudessem acessar bibliotecas virtuais, acessibilidade.

Dentre os pontos reivindicados, destacamos: o número insuficiente de títulos e exemplares do acervo, as limitações financeiras para atender às demandas bibliográficas, a importância do planejamento e da gestão da Biblioteca para atender às necessidades da comunidade acadêmica, especificamente dos Núcleos Docentes Estruturantes; e que este planejamento esteja em consonância com os planos, objetivos e metas da Instituição a qual ela está inserida, neste caso a UFRPE.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto das bibliotecas Universitárias, e em atendimento aos IACG, a aquisição de materiais bibliográficos é definida por sua PFDA, que estabelece os parâmetros para a escolha do material a ser incorporado ao acervo em consonância com os objetivos da Instituição. A PFDA deve:

Torna público, expressamente, o relacionamento entre o desenvolvimento da coleção e os objetivos da instituição e a esta coleção deve servir, tanto por causa da necessidade de um guia prático na seleção diária de itens, como devido ao fato de ser tal documento uma peça-chave para o planejamento em larga escala. (VERGUEIRO, 1989, p. 25) (grifo nosso)

A PFDA do SIB – UFRPE, busca estabelecer as diretrizes que nortearão o trabalho do bibliotecário no processo de formação e/ou desenvolvimento do acervo:

Por se tratar de um instrumento de planejamento, está baseado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Está pautado na Gestão organizacional, por isso, trata-se de um processo contínuo e adaptativo, através do qual o SIB-UFRPE define e redefine suas prioridades na formação e desenvolvimento de seus acervos. Essas escolhas determinam maior credibilidade nas determinações e possibilita a administração eficiente dos recursos orçamentários (UNIVERSIDADE, 2019)

Como um todo, podemos perceber que os cursos que passaram por avaliação a partir do ano de 2016 (contemplados com os novos critérios para aquisição de materiais bibliográficos) apresentaram um melhor conhecimento do SIB-UFRPE, do seu acervo, dos seus serviços, e seus pontos fortes e fracos. Também, oportunizou a essas Coordenações um melhor

planejamento e uma melhor comunicação nas validações das Bibliografias básica e complementares elencadas em seus PPCs.

Entretanto, faz-se necessário que o SIB-UFRPE fortaleça o diálogo com os atores envolvidos, a saber: Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (prioritariamente), NDEs, Coordenadores de Curso, docentes e discentes, planejando e detalhando melhor o fluxo de trabalho e comunicação, evitando, assim, que o contato ocorra apenas no período da avaliação dos cursos.

Para além do planejamento e do diálogo, faz-se necessário o alinhamento dos critérios utilizados nos IACG, na política de formação e desenvolvimento do acervo do SIB-UFRPE em consonância com os PPCs.

A construção coletiva de um modelo de relatório institucional, para adequação dos títulos e da quantidade de exemplares de cada disciplina em relação a quantidade de vagas anuais ofertadas pelo cursos, é de extrema necessidade, tendo em vista sua obrigatoriedade a partir do IACG de 2017, ainda não acessível às coordenações, como identificado na pesquisa.

Acreditamos que, apesar da metodologia e dos critérios utilizados pelo SIB-UFRPE, a partir de 2016, para aquisição das bibliografias básicas e complementares constantes nos PPCs terem sido considerados satisfatórios pelas Coordenações de curso entrevistadas, faz-se necessário uma reavaliação destes, considerando a diversidade e as especificidades dos cursos oferecidos, utilizando como critério de análise IACG vigentes.

Portanto, destacamos a importância das Avaliações de cursos de graduação e de seus Instrumentos de avaliação, no planejamento e gestão da Formação e Desenvolvimento do acervo, para que possa atender às demandas de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de Graduação da UFRPE, por compreender que a avaliação “deve ser entendida como um processo com instrumentos, objetivos, critérios e metodologia previamente definidos e nunca como tendo um fim em si mesmo” (KLAES E PFISTER, 1994).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. B. Planejamento de bibliotecas e serviços de informação. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2000.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**, . Promulgada em 5 de outubro de 1988. 48 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. 112p.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e base da educação nacional. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado em 01 set. 2019.

_____. **Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras proficiências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. **Lei nº. 13.005/14,** 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2014. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 15 out. 2019.

_____. Portaria n. 300, de 30 de janeiro de 2006. Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES Brasília, DF, 2006.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e educação: técnica e ética. In: DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. (Orgs.). **Avaliação democrática: para uma universidade cidadã.** Florianópolis: Insular, 2002. p. 37-68.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HASS, Célia Maria. Projetos pedagógicos nas instituições de educação superior: aspectos legais na gestão acadêmica. **Revista Brasileira de Política da Educação.** Porto Alegre, v.26, n.1, p.151-171, jan./abr. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Avaliação de cursos de graduação.** Disponível em : <http://portal.inep.gov.br/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao> Acessado em : 18 out. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resolução nº01, de junho de 2010.** Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Brasília, DF, 2010.

KLAES, R. R.; PFITSCHER, E. F. Ainda e sempre a questão da integração biblioteca e universidade. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 8., 1994, Campinas. Anais... Campinas: UNICAMP, Biblioteca Central, 1994. p. 289-300.

SILVA, Assis, Leão da. **Avaliação Institucional no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).** Recife, 2015. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO. **Resolução 65/2011.** Aprova a criação e regulamentação da implantação do Núcleo Docente Estruturante dos curso de graduação da UFRPE. Recife, 2011.

_____. **Resolução 220/2016.** Regulamenta as diretrizes para elaborar e reformular os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFRPE e dá outras providências. Recife, 2016.

_____. **Política de Desenvolvimento de Coleções.** Recife, 2019.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções.** São Paulo: Polis : APB, 1989.